

Cimeira da UE Como se posicionam os "outros" 25 países face à crise do euro

A União Europeia para além de "Merkozy"

Teresa de Sousa

De Lisboa a Helsínquia há mais do que uma visão da crise em 25 capitais europeias. Todas querem ser tidas em conta na hora das decisões

● Haverá 25 chefes de Estado e de governo sentados à mesa do Conselho Europeu, além da chanceler alemã e do Presidente francês. Cada um leva para Bruxelas as suas preocupações nacionais e as suas "linhas vermelhas". Vale a pena olhar para os outros, porque qualquer decisão importante exigirá um consenso. Na sua maioria, partilham uma irritação mal disfarçada perante o duopólio hoje designado por "Merkozy" e preferem uma reforma do tratado que reforce o método comunitário, em vez de o debilitar. Feitas as contas, as propostas de Rompuy-Barroso têm mais aderentes do que as do par "Merkozy", mesmo que ninguém se engane sobre onde está o poder. Os 25 também têm muitas coisas que os distinguem: "virtuosos" ou "laxistas", "velhos" ou "novos", "pequenos" ou "grandes", pró-europeus ou eurocépticos. A Europa sempre se construiu no respeito pela diversidade.

Os outros "triplo A" Áustria, Finlândia, Holanda, Luxemburgo

No geral alinham com a Alemanha na vertente "castigadora" e "disciplinadora". O Luxemburgo é, talvez, a única exceção. Jean-Claude Juncker não hesita em criticar a chanceler e em defender posições contrárias aos ditames de Paris e Berlim. Hesitam todos em face dos riscos de uma revisão incontrolada do tratado e distanciam-se de Paris na defesa do método "comunitário" contra a instalação de um poder intergovernamental - são todos pequenos e médios países que se habituaram a ver na Comissão uma garantia contra os grandes. Temem a perda de soberania para Bruxelas em matéria orçamental (por razões de política interna, sobretudo). Aceitam a "constitucionalização" dos limites do endividamento e mesmo um papel fiscalizador para o Tribunal Europeu. Não são tão negativos como Berlim no que respeita aos *eurobonds* e ao BCE.

A Holanda quer um comissário do euro com poderes para impor a disciplina orçamental. A Finlândia não quer perder o direito de veto no FEEF/MEE.

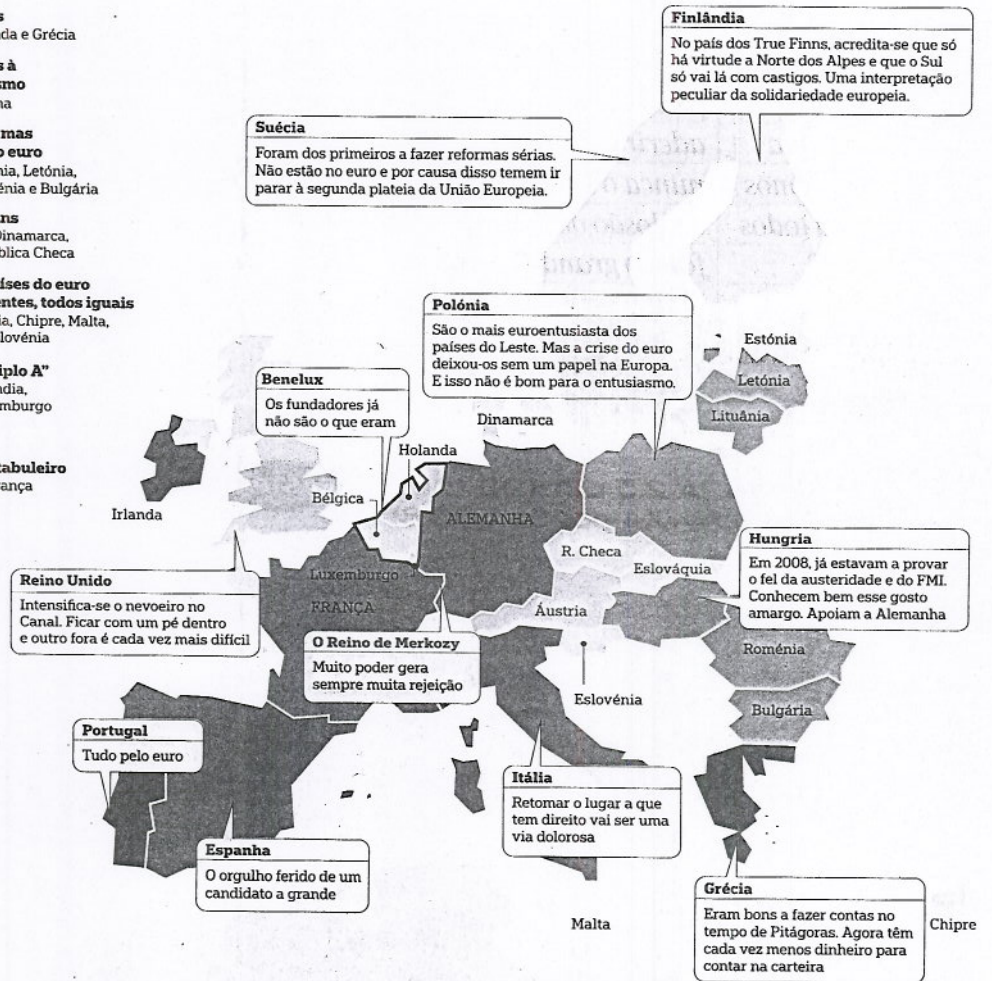
Dois grandes numa fronteira humilhante Itália e Espanha

José Luis Zapatero defenderá o entendimento de Mariano Rajoy (o novo chefe de governo espanhol ainda

Seis europas que não querem ficar na sombra da Alemanha e da França

As decisões do eixo franco-alemão dominaram a contagem decrescente para a cimeira decisiva que começou ontem e como que deixaram na sombra os outros 25 Estados-membros. A cimeira é um momento para compreender o que pensa quem está dentro e fora do euro, em crise ou fora da zona de perigo. Nenhuma destas europas quer ficar reduzida ao papel de espectadora do par Merkozy

- **Os assistidos**  
Portugal, Irlanda e Grécia
- **Dois grandes à beira do abismo**  
Itália e Espanha
- **Fora do euro mas a caminho do euro**  
Polónia, Lituânia, Letónia, Hungria, Roménia e Bulgária
- **Opt-outs e afins**  
Reino Unido, Dinamarca, Suécia e República Checa
- **Pequenos países do euro - todos diferentes, todos iguais**  
Bélgica, Estónia, Chipre, Malta, Eslováquia, Eslovénia
- **Os outros "triplo A"**  
Áustria, Finlândia, Holanda, Luxemburgo
- **Os donos do tabuleiro**  
Alemanha e França



Fonte: PÚBLICO

não empossado) que é também o seu: manter a todo o custo a Espanha no núcleo duro da integração e evitar a humilhação de um resgate. Madrid não se opõe a alterações no tratado, mas gostaria de ver o BCE com um papel mais activo; aceita uma "união orçamental" à alemã, mas com mais integração económica; inclina-se para o reforço da Comissão e apoia as suas propostas sobre os *eurobonds*. Partilha com Roma a situação incómoda de ser um "grande" fragilizado pela crise da dívida soberana e uma

clara preferência pelas propostas Rompuy-Barroso sobre as do eixo franco-alemão. Ambas querem sobretudo distinguir-se dos países assistidos, estabelecendo uma clara fronteira.

Os assistidos Portugal, Irlanda e Grécia

Os três países partilham a absoluta necessidade de um acordo que restitua a confiança dos mercados no euro. Lisboa e Dublin, para afastar o es-

*Portugal mantém uma certa ambiguidade, preferindo render-se à evidência da posição alemã.*

*A Espanha quer manter-se no núcleo duro da integração e evitar um resgate*

pectro da Grécia e garantir um futuro regresso aos mercados. Atenas, para abrir espaço às negociações do segundo resgate. Estão dispostos a pagar um preço elevado para afastar o cenário de abandono do euro. Mas, sem "soberania financeira", a sua margem de manobra é limitada, baralhando necessidade e convicções. Rendem-se, mesmo que a contragosto, a uma revisão do tratado, que os três querem limitada. Apoiam, de um modo geral, as ideias do relatório Rompuy sobre o fundo de resgate. Preferem

um "governo económico" assente nos poderes da Comissão a uma deriva intergovernamental. Implícita ou explicitamente, querem que qualquer alteração das regras europeias preserve a "igualdade institucional" dos Estados-membros. A Grécia e a Irlanda apoiam claramente os *eurobonds*. Portugal mantém uma certa ambiguidade, preferindo render-se à evidência da posição alemã. A Irlanda não quer ouvir falar em "harmonização fiscal".

#### Pequenos países do euro - todos diferentes, todos iguais

Bélgica, Estónia, Chipre, Malta, Eslováquia, Eslovénia

A Bélgica é um país fundador, com uma economia sólida, mas com uma dívida pública muito elevada e já sujeita à pressão dos mercados. Mantendo as suas velhas tradições de fundador, aceita uma reforma do tratado, mas quer vê-la consagrar não apenas a disciplina financeira, mas também o princípio da mutualização da dívida. Os outros cinco, que aderiram à União apenas em 2004, já conseguiram a proeza de se juntar ao clube do euro e querem manter-se nele. Alguns são mais papistas que a Alemanha: querem disciplina orçamental, desconfiam dos perdulários e até dos *eurobonds*, como é o caso da Estónia ou da Eslováquia. Bratislava, cujo Governo caiu para conseguir aprovar as decisões da cimeira de 26 de Outubro (incluindo o segundo resgate à Grécia), quer manter o direito de veto nas decisões do MEE. Quase todos preferem o reforço do método comunitário contra a concentração do poder nas mãos dos governos. Para a Eslovénia, que acaba de mudar de governo, rever o tratado só em última instância.

#### Fora do euro mas com o euro como próximo destino

Polónia, Lituânia, Letónia, Hungria, Roménia e Bulgária

A Polónia, o maior de entre eles, opõe-se frontalmente a uma "Europa a várias velocidades". "A Europa é a 27, não a 17 ou a 17 mais", disse Donald Tusk em Marselha. "Qualquer alternativa aos 27 seria fatal para a Europa." Varsóvia quer afirmar-se como um dos "grandes" europeus, ganhou credenciais para isso, não deseja ver-se marginalizada. Varsóvia também percebe a necessidade de mudar o tratado de modo a reforçar a disciplina financeira, mas através do reforço do papel da Comissão, do PE e do BCE. Aderir ao euro é um "objectivo estratégico". A Letónia e a Lituânia querem entrar já em 2014. Todos os outros partilham da mesma preocupação. Bucareste "não quer duas categorias de países". A sua ambição, que partilha com Sófia, é entrar rapidamente em Schengen. A Letónia e a Hungria já tiveram de recorrer ao FMI para enfrentar a crise.

Com duros programas de austeridade, apoiam a visão alemã. Mas preferem uma Europa onde a Comissão prevaleça.

#### Opt-outs e afins

Reino Unido, Dinamarca, Suécia e República Checa

Apenas o Reino Unido e a Dinamarca obtiveram *opt-outs* em relação à união monetária. Estocolmo está limitada pela rejeição dos suecos que não dá sinais de mudar. A céptica República Checa gosta mais de alinhar com Londres do que com Bruxelas. Todos comungam do receio de se ve-

#### Cameron terá de escolher o que teme mais: um colapso do euro com consequências dramáticas para a economia britânica, ou a revolta dos eurocépticos do seu partido

rem marginalizados face às decisões europeias. Para o Reino Unido, uma das três potências europeias, essa marginalização é insuportável. David Cameron tem de escolher o que teme mais: um colapso do euro com consequências dramáticas para a economia britânica, ou a revolta dos eurocépticos do seu partido. O melhor de dois mundos vai ser uma opção cada vez mais difícil. O primeiro-ministro sueco, Fredrik Reinfeldt, disse em Marselha: "Respeitamos que a zona euro queira os seus próprios encontros, mas queremos manter a ideia dos Vinte Sete - somos todos membros da União e queremos preservar a nos-

sa influência." Concluiu: "Não creio que as mudanças do tratado sejam o sinal de que os mercados estão à espera." A Suécia não quer *eurobonds* e receia o laxismo do Sul. Praga também teme, como o Reino Unido, as consequências das decisões a 17 sobre o mercado interno e que o grupo do euro seja suficientemente coeso para neutralizar os votos dos de fora. Quer garantias. Rejeita a "centralização dos Orçamentos" como um golpe de tal ordem na soberania dos Estados que se torna inaceitável para [a República Checa]", disse primeiro-ministro. Mas pode aceitar uma mudança de tratados que apenas envolva os 17.